

Apresentação

Ao leitor,

A Revista da PGE constitui um importante instrumento de doutrina da advocacia pública, pois veicula opiniões de excelência, capazes de alterar o rumo das atividades jurídicas. Trata-se do melhor e mais precioso material reunido na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e, tradicionalmente, contribui, também, para uma maior publicidade das atividades da Instituição.

Se juntos formamos um exército sólido e atento à proteção do interesse público, separados, cada indivíduo se dedica ao aperfeiçoamento intelectual e à produção científica.

O trabalho árduo, somado à criteriosa análise de nossa Comissão Editorial, resultou na produção de mais este número, que traz artigos relativos a matérias variadas, como Direito Constitucional, Civil, Processual Civil e Ambiental, reflexo da própria versatilidade de atuação da PGE.

Na iminência da entrada em vigor do Novo CPC, a Comissão Editorial selecionou artigo que, com muita propriedade, abordou as consequências que as alterações legislativas acarretarão ao contencioso administrativo e judicial imobiliário da Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Há também trabalho sobre a prescrição nas ações de ressarcimento decorrentes de danos ao erário, provocados por atos de impropriedade administrativa, além de artigo sobre o dano moral coletivo no ordenamento brasileiro.

Outro interessante texto se refere à teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance, com o estudo da evolução jurisprudencial sobre o tema.

A tormentosa questão da litigância de má-fé dos advogados públicos também foi abordada, tendo sido analisadas a legislação correlata, lições da doutrina e aplicações práticas.

Os trabalhos relativos ao Direito Ambiental tratam, em suma, tanto dos aspectos processuais, como ônus da prova e respectivas implicações à Fazenda Pública, quanto dos aspectos materiais, relacionados aos desafios para a preservação do meio ambiente em harmonia com o desenvolvimento econômico estatal. A crueldade contra os animais foi também tema de artigo que a analisou ante os valores constitucionalmente garantidos.

Engrandece, ainda, a nossa Revista estudo que nos faz refletir sobre a efetiva autonomia do Poder Legislativo, com a análise do perfil de seus regimentos internos e da garantia da liberdade necessária ao cumprimento de sua missão constitucional. Nesta seara reflexiva, consta outro artigo que nos remete ao pensamento sobre o papel do direito nas políticas públicas, a partir da teoria neoinstitucional e o positivismo jurídico de Herberto Hart.

Esta edição certamente enriquecerá o conhecimento de nossos leitores.

Boa leitura!

MARIÂNGELA SARRUBBO FRAGATA
Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos